

PROVA OBJETIVA P₂ – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de contas patrimoniais, suas características, seu registro e sua evidenciação, julgue os itens a seguir, considerando que a sigla CPC corresponde a Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- 51** Uma entidade não deve reconhecer os custos da manutenção periódica de um item do ativo imobilizado no valor contábil desse item. Pelo contrário, quando incorridos, esses custos são reconhecidos no resultado.
- 52** Os pronunciamentos do CPC determinam que, na fase em que o ativo intangível ainda não está disponível para uso, sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros para recuperar seu valor contábil é, usualmente, sujeita a maior incerteza que na fase em que ele já está disponível para ser utilizado. Portanto, é necessário que a entidade proceda, no mínimo anualmente, ao teste por desvalorização de ativo intangível que ainda não esteja disponível para uso.
- 53** Ao se efetuar o registro dos ativos intangíveis, seguindo o que preconiza os pronunciamentos do CPC, os gastos subsequentes com marcas, títulos de publicações e logomarcas, sempre devem ser reconhecidos no ativo, uma vez que não devem ser segregados de outros gastos incorridos no desenvolvimento do negócio como um todo.
- 54** Quando o investimento em coligada, previamente classificado como mantido para venda, não se enquadrar mais nas condições requeridas para essa classificação, deve ser aplicado o método da equivalência patrimonial retrospectivamente, a partir da data de sua classificação como mantido para venda. Logo, as demonstrações contábeis para os períodos abrangidos desde a classificação do investimento como mantido para venda devem ser ajustadas de modo a refletir essa informação adequadamente.
- 55** Atualmente, o reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração. Entretanto, os custos incorridos no uso, na transferência ou na reinstalação de um item são incluídos no seu valor contábil, como, por exemplo, os custos de realocação ou reorganização de parte das operações da entidade.

A respeito de demonstrações contábeis, seus componentes, seus respectivos registros e sua evidenciação, julgue os itens subsequentes.

- 56** Os recursos recebidos pela emissão de debêntures são classificados como oriundos da atividade operacional ao se elaborar o fluxo de caixa da empresa.
- 57** Assim como na demonstração do resultado do exercício, o valor dos impostos recuperáveis é retirado dos custos dos produtos vendidos para a elaboração da demonstração do valor agregado (DVA).
- 58** Os ativos que satisfazem aos critérios de classificação como mantidos para venda devem ser mensurados pelo maior entre os seguintes valores: o contábil, até então registrado, e o justo menos as despesas de venda. Além disso, esses ativos, bem como o resultado das operações descontinuadas na demonstração do resultado, devem ser evidenciados no balanço patrimonial, separadamente.

Em relação aos indicadores utilizados para análise econômico-financeira de uma empresa, julgue os itens seguintes.

- 59** O aumento da receita financeira proporciona acréscimo à margem operacional da empresa.
- 60** A redução do ativo total médio, sem reflexo no lucro operacional, aumenta a taxa de retorno gerado pelas aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos.
- 61** O retorno sobre o patrimônio líquido deve ser sempre comparado à taxa de retorno mínimo exigido pelo acionista. Por conseguinte, para tornar-se atraente, o investimento deve oferecer uma rentabilidade pelo menos igual ao custo de oportunidade.

No que se refere à utilização de sistemas de custos e informações gerenciais para tomada de decisões e a suas especificidades, julgue os itens subsecutivos.

- 62** O grau de alavancagem operacional (GAO) é utilizado para mensuração da relação lucro-vendas. Portanto, é correto afirmar que a alavancagem ocorre quando o aumento percentual das vendas é maior que o crescimento percentual dos lucros.
- 63** Para que uma linha de produção tenha variação favorável de 10% no custo de mão de obra direta aplicada, deve-se reduzir em 20% a quantidade de horas, que inicialmente correspondia a 10 horas por cada produto, e aumentar em 15% o salário por hora, que anteriormente era R\$ 2,20.
- 64** Quando o estoque final de produtos em elaboração está superavaliado, é correto afirmar que tal equívoco superestima o valor do custo dos produtos vendidos apurado em determinado período.
- 65** Quando se utiliza o conceito da margem de contribuição para tomada de decisão, é possível apurar o ponto de lucro esperado. Para apurá-lo, é necessário adicionar o valor do lucro-meta da empresa ao numerador da equação do ponto de equilíbrio contábil, obtendo-se como resultado a quantidade a ser produzida/vendida para que esse lucro seja alcançado.

RASCUNHO

Em relação aos princípios de contabilidade, sob a perspectiva do setor público, julgue o item abaixo.

66 No âmbito da entidade pública, a continuidade da entidade se dá apenas enquanto perdurar sua finalidade, estando, pois, vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio.

Com base no disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens seguintes.

67 Os bens de uso comum, considerados tecnicamente de vida útil indeterminada, não estão sujeitos ao regime de depreciação.

68 O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado em contas de resultado.

Considere os seguintes registros:

- A: entrada de imóvel recebido em doação;
- B: entrada de veículo adquirido a vista;
- C: apropriação de despesas de água, luz e telefone;
- D: ingresso de recurso decorrente de convênio;
- E: lançamento de tributo a receber.

A partir desses registros e com base na perspectiva das variações patrimoniais, julgue os itens subsequentes.

69 Os registros C e D demonstram variações patrimoniais qualitativas, uma vez que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

70 Os registros A, B e E demonstram variações patrimoniais aumentativas, uma vez que aumentam o patrimônio líquido da entidade.

Em relação ao ativo imobilizado recebido a título gratuito, julgue o item abaixo.

71 Considerando que não houve desembolso para a aquisição, o ativo imobilizado adquirido a título gratuito deve ser registrado pelo menor valor obtido com base em procedimentos técnicos.

A respeito do tratamento contábil do ativo intangível, julgue os itens a seguir.

72 Quando não houver expectativa de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais com a sua utilização ou alienação, o ativo intangível deve ser baixado.

73 Como na fase de pesquisa a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível, os gastos, quando incorridos, devem ser reconhecidos em contas de resultado.

Em janeiro de 2008, para ajudar no transporte gratuito de estudantes, determinada escola municipal adquiriu um ônibus escolar no valor de R\$ 100.000,00. A escola estimou uma vida útil de cinco anos para o ônibus (depreciação linear). O ônibus foi danificado 36 meses depois em acidente na estrada, gerando um custo de R\$ 30.000,00 para sua recuperação. A restauração não afetará a vida útil do ativo. O custo de um novo ônibus para realização de serviço similar é de R\$ 120.000,00.

Considerando a situação acima e com base na abordagem da recuperação do custo, julgue os itens seguintes acerca da perda por irrecuperabilidade.

74 O valor da perda por irrecuperabilidade será de R\$ 22.000,00.

75 O custo de reposição depreciado desse ônibus escolar será de R\$ 48.000,00.

Com relação à classificação das contas contábeis do plano de contas aplicado ao setor público, segundo a natureza das informações que evidenciam, julgue os itens subsequentes.

76 As contas com informações de natureza orçamentária evidenciam fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público, inclusive restos a pagar.

77 As contas com informações de natureza patrimonial processam e evidenciam os atos de gestão cujos efeitos podem produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público.

RASCUNHO

- A Aprovação da Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 200.000,00;
- B Lançamento de impostos no valor de R\$ 120.000,00, sendo arrecadados R\$ 100.000,00;
- C Compra de imóvel a vista no valor de R\$ 70.000,00;
- D Recebimento de veículo em doação no valor de R\$ 20.000,00;
- E Despesas de água, luz e telefone no valor de R\$ 40.000,00, com valor total inscrito em restos a pagar.

Considerando os eventos acima, relativos ao encerramento do primeiro exercício financeiro de determinada entidade governamental, julgue os itens que se seguem acerca do fechamento de suas demonstrações contábeis.

- 78 O resultado patrimonial do exercício, relativo à demonstração das variações patrimoniais, foi superavitário em R\$ 60.000,00.
- 79 Com relação ao balanço orçamentário, o resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R\$ 10.000,00.
- 80 Relativamente à demonstração do fluxo de caixa, o valor do caixa e equivalente de caixa final foi superavitário em R\$ 30.000,00.

Acerca da legislação aplicável aos tributos federais, julgue os itens subsequentes.

- 81 De acordo com a Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios podem legislar sobre impostos incidentes sobre a produção industrial.
- 82 Podem optar pelo SIMPLES federal as empreiteiras de obras e os escritórios de advocacia, respeitado o limite anual de receitas.
- 83 Atualmente no Brasil, existem os seguintes regimes de tributação federal para as pessoas jurídicas: lucro real, lucro presumido, lucro arbitrado e SIMPLES.

Julgue os próximos itens, a respeito do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

- 84 Na tributação das operações imobiliárias da pessoa jurídica, no caso em que essas operações constituam a atividade principal dessa pessoa jurídica, o IRPJ e a CSLL deverão ser recolhidos sobre a receita bruta deduzida da receita ainda não realizada, acrescida da receita realizada referente a períodos anteriores.
- 85 Para o recolhimento do IRPJ, a estimativa do lucro real deve ser reconhecida aplicando-se 8% sobre a receita operacional da empresa, exceto para as atividades de prestação de serviços.
- 86 O limite de receitas para opção pelo lucro presumido, se preenchidas todas as condições legais, será de R\$ 3,6 milhões anuais.

Com relação aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e à contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), julgue os itens a seguir.

- 87 Na atividade comercial, o PIS e a COFINS têm como dedução da base de cálculo, entre outros, as mercadorias adquiridas para revenda e a folha de pagamento.
- 88 De acordo com a legislação pertinente, a alíquota da COFINS incidente sobre as receitas de obras empreitadas será de 3,0% sobre a receita operacional bruta.
- 89 Na determinação do lucro real, se o PIS e a COFINS forem calculados pela modalidade não cumulativa, tais contribuições não incidirão sobre a receita financeira.

Acerca da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), julgue os itens seguintes.

- 90 As empresas de desenvolvimento de *software* podem optar pela contribuição previdenciária com base na receita bruta.
- 91 A contribuição previdenciária do empregador rural é de 20% sobre o salário de contribuição, mais a contribuição de terceiros e o fator acidentário de prevenção.

Com referência ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e ao imposto sobre serviços (ISS), julgue os itens abaixo.

- 92 O ISS é um tributo municipal previsto na CF e criado por lei complementar federal.
- 93 A base de cálculo do ICMS para operação com mercadorias é o valor destas, incluindo importâncias acessórias, tais como seguros e fretes pagos pelo comprador, excluídos os descontos incondicionais.

Julgue os seguintes itens, a respeito da retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal.

- 94 Não serão retidos, pelos órgãos da administração pública federal, os valores correspondentes ao IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP referentes a pagamentos efetuados a partidos políticos, sindicatos e templos de qualquer culto. Essas são as únicas instituições que não terão esses valores retidos.
- 95 As entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social sujeito a voto não são obrigadas a efetuar retenções na fonte do IR, da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral.

Em relação às fases, aos objetivos e às técnicas de auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 96 Na fase de planejamento, o auditor deve considerar os testes de observância que serão empregados para avaliar os controles internos estabelecidos pela administração auditada, a natureza e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- 97 A auditoria que tem como objetivo específico o melhoramento das operações examinadas, consubstanciada na análise da eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa, é denominada auditoria de gestão.
- 98 De acordo com as definições do COSO I (*Committee of sponsoring organizations of the Treadway Commission*), a monitoração de riscos em relação ao alcance de objetivos da entidade é dirigida apenas para riscos de origem financeira, não sendo um relevante instrumento de gerenciamento de riscos para subsidiar a governança corporativa.
- 99 O auditor interno deve preservar sua autonomia profissional, logo não lhe cabe prestar assessoria ao conselho fiscal ou a órgãos equivalentes.

A respeito das normas de auditoria aplicáveis ao setor público, julgue os itens subsequentes, considerando que a sigla TCU corresponde ao Tribunal de Contas da União.

- 100** Os objetivos do TCU, no que se refere aos aspectos relacionados à auditoria das demonstrações contábeis, devem, obrigatoriamente, apresentar diferenças em relação aos objetivos do setor privado, pois é impossível aplicar normas de auditoria específicas para o setor empresarial à administração pública.
- 101** A ameaça de familiaridade surge quando o auditor é influenciado pela relação íntima ou pessoal que ele tem com o auditado. Essa situação pode comprometer o desempenho de suas funções, devido à influência dos aspectos de comportamento ético, zelo profissional, independência e imparcialidade.
- 102** Considere que uma auditoria tenha sido realizada no banco Alpha, um banco público, em junho de 2011, período marcado pela crise da dívida soberana da zona do euro, o que provocou perda significativa nas operações com instrumentos financeiros derivativos. Nessa situação, o relatório da auditoria realizada durante esse período não deve mencionar esse fato, visto que os trabalhos devem se ater, exclusivamente, à análise das contas relativas ao exercício de 2010, prestadas ao órgão público de controle externo.
- 103** De acordo com instrução normativa do TCU, o Serviço Social do Comércio (SESC) deve formalizar seu processo de contas ordinárias para julgamento, incluindo a apresentação do rol de responsáveis, com indicação dos titulares da entidade e substitutos durante o período a que se referirem as contas.
- 104** O TCU, ao receber a prestação de contas apresentada por um órgão da administração direta, pode compensar uma multa aplicada a um gestor que tenha outra penalidade aplicada pelo controle interno de sua instituição.
- 105** Considere que, na determinação da quantidade de processos licitatórios a serem analisados em uma auditoria, o auditor tenha determinado o nível de confiança estatística em 95% e um erro tolerável de 5%, com emprego da amostragem aleatória simples. Nessa situação, durante o processo de revisão, se a supervisão da equipe de auditoria sugerir reduzir o erro tolerável, será necessário aumentar o tamanho da amostra, mantendo-se o mesmo nível de significância.

Acerca de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 106** O orçamento fiscal e o de investimento, compatibilizados com o Plano Plurianual, têm entre suas funções a redução de desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- 107** Assegurado pela autonomia administrativa do Poder Judiciário, o presidente do CNJ poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional contendo proposta de alterações no projeto de Lei Orçamentária Anual, na parte relativa às despesas previstas para o pagamento de pessoal da instituição, desde que não tenha sido iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- 108** As programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho com informações qualitativas e quantitativas, físicas ou financeiras. No orçamento público, o programa de trabalho, no aspecto qualitativo, é composto da classificação por esfera, classificação institucional, classificação funcional e estrutura programática.

No orçamento público estão dispostas as receitas e as despesas administradas pelo Estado. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 109** A classificação funcional das despesas é formada por funções e subfunções. Estas evidenciam cada área da atuação governamental, por intermédio da identificação da natureza das ações, enquanto aquelas representam o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.
- 110** Nenhuma despesa pública pode ser realizada sem o empenho prévio e sem a respectiva nota de empenho, em que se indique o nome do credor, a especificação e a importância das despesas e a dedução do saldo da dotação própria.
- 111** As receitas de operações intraorçamentárias resultam das operações realizadas entre órgãos e demais entidades da administração pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, representando novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, sem provocar, contudo, efeitos sobre o patrimônio líquido.

A respeito de créditos adicionais e dívida ativa, julgue os itens a seguir.

- 112** No caso de comoção intestina, o presidente da República poderá abrir créditos suplementares e especiais, mediante autorização legislativa. No entanto, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.
- 113** A dívida ativa constitui os créditos da fazenda pública que independem de autorização orçamentária, tendo sido contraída mediante emissão de títulos para atender a desequilíbrio orçamentário.

Acerca do planejamento e orçamento federal, julgue os itens seguintes.

- 114** As unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas ou subordinadas aos ministérios e órgãos setoriais estão sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assim como as unidades responsáveis pelos orçamentos dos demais poderes estão sujeitas à orientação normativa do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.
- 115** O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal abrange as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamento e a realização de estudos e pesquisas socioeconômicas, tendo entre seus objetivos a formulação do Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Com base na Resolução n.º 70/2009 do CNJ, julgue os seguintes itens.

- 116** O prazo mínimo de abrangência do planejamento estratégico é de três anos.
- 117** São objetivos do planejamento estratégico, entre outros, garantir agilidade nos trâmites judiciais, evitando-se, assim, demoras excessivas, facilitar o acesso à justiça e promover o efetivo cumprimento das decisões judiciais.
- 118** O planejamento estratégico deve não só definir os objetivos e metas a serem alcançados durante certo período, mas, também, associar determinados indicadores que permitam quantificar e dimensionar seus objetivos.
- 119** Em todas as esferas do Poder Judiciário, deve-se garantir a participação efetiva de serventuários e magistrados de primeiro e segundo graus na elaboração e execução de propostas orçamentárias e de planejamentos estratégicos.
- 120** É de competência da presidência do CNJ instituir e regulamentar o Comitê Gestor Nacional, ao qual cabe auxiliar as atividades associadas ao planejamento e à gestão estratégica do Judiciário.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Tanto na questão quanto na dissertação, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
- No caderno de textos definitivos, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos, **para a questão**, até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) — e, **para a dissertação**, até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao referido quesito.

QUESTÃO

Reconhecimento é o processo em que se incorpora ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado um item definido como um elemento e de acordo com os critérios do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nesse processo — que compreende a descrição do item, a atribuição de valor ao item e a inclusão do item no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado —, os itens em conformidade com os critérios de reconhecimento são registrados no balanço ou na demonstração do resultado. A falta de reconhecimento de itens, contudo, não é corrigida pela divulgação das práticas contábeis adotadas e pelas notas ou materiais explicativos.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 12. Ajuste a Valor Presente** (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima, que tem caráter unicamente motivador, discorra sobre o ajuste a valor presente e o valor justo, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ análise comparativa entre ajuste a valor presente e valor justo; **[valor: 9,00 pontos]**
- ▶ correta mensuração dos ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos em seu registro inicial; **[valor: 12,00 pontos]**
- ▶ tratamento a ser dado aos empréstimos e financiamentos subsidiados, excetuando-se as subvenções ou auxílios governamentais. **[valor: 7,50 pontos]**

RASCUNHO – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

DISSERTAÇÃO

Sabendo que as provisões podem diferenciar-se de outros passivos, tais como de contas a pagar e de passivos derivados de apropriações por competência, dada a incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação, redija um texto dissertativo acerca do tratamento contábil das provisões, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito de provisão; [valor: 9,50 pontos]
- ▶ condições a serem satisfeitas para que as provisões sejam reconhecidas e atitude a ser tomada caso essas condições não sejam satisfeitas; [valor: 9,50 pontos]
- ▶ critério de mensuração a ser considerado; [valor: 9,50 pontos]
- ▶ dados e informações que devem ser divulgados pela entidade acerca de cada classe (tipo) de provisão. [valor: 9,50 pontos]

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	